



Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Francisco Miguel Guerreiro Cabral, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 15 e 16, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Informo que há duas inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 17 e 18, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Anabela Costa – A minha presença neste espaço tem a finalidade de tentar saber a resposta de um processo que iniciou em julho de 2017.

Comecei, a conselho da Comissão de Moradores do Casal das Figueiras, por fazer um e-mail pedindo uma averiguação de construção ilegal que se encontra lateralmente à casa que habito e que era dos meus pais. Existindo, ainda, outro problema com o muro lateral, sobreposto ao muro do meu quintal, que corre o risco de cair dentro do meu espaço. Anexei fotos desta situação ao e-mail.

No final desse ano a fiscalização camarária confirmou, presencialmente, o perigo a que eu estou sujeita. No ano seguinte, em 2018, nada foi feito e no ano de 2019 resolvi fazer um pedido por escrito dirigido ao Sr. Presidente expondo a situação degradante do imóvel, que está sem portas e janelas e que serve de abrigo a gatos, resultando um cheiro nada agradável dos dejetos dos mesmos e ainda é utilizado por jovens para satisfazer os seus vícios, o que me gera alguma insegurança.

Também, nesse mesmo ano, fiz uma carta à saúde pública na expectativa de apoio, não obtive respostas. No ano de 2020, após algumas tentativas telefónicas, a Dona Paula Miranda informou-me telefonicamente que, tendo em conta o perigo que eu estou exposta, o muro ia ser demolido, o que não aconteceu. No final desse ano, ainda fiz um e-mail ao Gabinete de Participação do Cidadão citando os factos relatados, que já eram conhecidos do serviço à longa data, sem qualquer resolução. Em abril de 2021, pela primeira vez recebo uma carta a dar conhecimento que este espaço é pertença da Fazenda Pública, pelo facto, o assunto foi encaminhado para esse organismo.

No início de 2022 resolvi ir às Finanças com a carta que tinha recebido da Câmara e nada consegui, porque teria de ter mais elementos, o que resultou em nada. Em junho desse ano, o chefe de obras e fiscalização da Câmara esteve no local e transmitiu-me que como o telhado era coberto por placas de amianto, o mesmo tinha de ser removido por uma empresa especializada e que iria encaminhar o assunto para ser submetido a concurso.

Em 2023, depois de ter feito novo e-mail para saber o ponto da situação e por não ter tido resposta, resolvi contactar telefonicamente os serviços, em que fui informada pela secretária da Vereadora Rita Carvalho, que estava convencida que o assunto já tinha sido encaminhado. No mês seguinte, julho, ligou-me a dar conhecimento que iriam entaipar ou demolir o imóvel e que quando tivesse mais informações que me voltaria a ligar.

Em 29/09 de 2023 resolvi vir expor a situação na Assembleia e desta resultou a marcação de uma reunião em 11 de outubro com a vereadora Rita Carvalho. Dessa reunião, da qual também participou um engenheiro, fui informada novamente que iam submeter a concurso para uma empresa especializada remover o telhado de amianto antes da demolição do imóvel.

Em maio deste ano, 2024, contactei novamente o serviço e fui informada que o assunto se encontrava no Departamento de Obras Municipais. Peço, mais uma vez, que alguém me ajude a resolver o problema que dura há 7 anos. Obrigado.

Vanessa Fernandez – Meu nome é Vanessa Fernandez, sou a diretora da União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, sobre o qual faz parte um assunto que vos venho apelar aqui da sua importância. Enaltecer a importância de passarem ou aprovarem uma proposta, como quiserem, eu não faço política, não sou da política, sou de coração do Praiense, fui criada dentro do Praiense, o meu avô desenhou o logótipo do Praiense. Temos 78 crianças, neste momento, a fazer formação de futebol num campo pelado que há 20 e muitos anos tem a esperança e a promessa de vários partidos, de vários presidentes e nunca conseguimos, nunca. Estamos hoje mais perto do que nunca e só quero enaltecer, por favor, a importância da requalificação do Campo Júlio Tavares.

Peço desculpa, estou-me a emocionar, porque é um assunto muito importante para mim e para a população que segue este sonho há anos. Os meninos da periferia, os pais que não têm onde deixar os miúdos é muito mais perto ter um campo da bola onde possam treinar à porta de casa. Nem todos os pais têm onde deixar as crianças para fazer um desporto, nós temos 78 crianças que precisam de um campo da bola e estão lá. Se quiserem temos filmagens feitas com drones. Nós temos vontade, temos um projeto com pessoas até com bastante visibilidade no mundo do futebol que nos querem apoiar, que nos querem ajudar, mas ele só pode andar para a frente se tiver um relvado, se tiver condições.



O Praiense, da nossa parte, oferecesse tudo aquilo que for preciso, horas para lavar a roupa dos miúdos, horas para limpar tudo o que pertencer à requalificação que for feita para tratarmos do campo.

Peço-vos, não de forma política, peço-vos com o coração que pensem e que tentem, que se unam, sei que é difícil em política unirem-se através do coração, porque é política, mas por favor pensem que são crianças que não têm onde ir fazer ginástica, onde ir fazer desporto, é só isso que eu vos peço e nada mais. Obrigada.

Presidente da Câmara – É só para dar indicação aquela senhora que fez a primeira intervenção relativamente à situação da necessidade da instalação que está devoluta. Já houve um procedimento, creio que a senhora referiu isso e tem essa informação, para a contratação de uma empresa para fazer a demolição, mas o concurso ficou deserto. Neste momento, está novamente a ser desenvolvido um procedimento para haver uma empresa que concorra para poder fazer essa demolição. Neste momento é a informação que tenho e esperemos que o mais rapidamente possível isso possa vir a acontecer.

Quero, naturalmente, como faço sempre agradecer ter vindo aqui colocar a sua questão e agradeço a todos os munícipes que vêm à Câmara ou à Assembleia Municipal apresentar as suas questões. Nós, como eleitos, temos a responsabilidade de fazer todos os possíveis e tudo o que esteja ao nosso alcance para conseguir resolver os problemas que afetam as nossas populações.

Paulo Lopes (PS) – A minha intervenção é em relação à senhora diretora do Praiense, a quem agradeço ter vindo aqui colocar a questão e queria, se calhar, antecipar um pouco a discussão, mas acho que merece uma resposta direta às questões que aqui colocou.

O Partido Socialista não votou contra nenhuma intervenção no campo do Praiense, o Partido Socialista votou favoravelmente a proposta que a Câmara trouxe aqui, penso que em março, para que a Datarede assumisse, digamos, a despesa da execução dessa obra no Praiense em troca de uma outra que estava prevista no contrato de concessão e, passado umas semanas, a Câmara Municipal trouxe uma nova proposta à Câmara para ser votada um empréstimo financeiro incluindo, outra vez, o montante para fazer a obra do Praiense. Na prática o Praiense tem um empréstimo financeiro que a Câmara vai recorrer para fazer a obra e tem a responsabilidade por parte da Datarede para fazer a obra. Isto levantou problemas e discussão por parte do Partido Socialista, não faz sentido que a Câmara Municipal tenha para a mesma obra duas situações diferentes, não faz sentido.

Aquilo que eu posso dizer aqui, de forma muito clara, é que se o Sr. Presidente da Câmara assumir aqui hoje que muda a proposta do Anexo 9, que é o tal anexo da concessão do estacionamento tarifado, e regressa à sua posição original ou para uma outra obra qualquer e deixa de haver qualquer conflito para o Partido Socialista e aprovaremos o empréstimo hoje aqui. De forma muito clara é esta a nossa posição, tentei ser sintético para não haver grandes interpretações, nem para haver aqui interpretações dúbias. Isto é clarinho como água para nós e esta é a nossa posição e é a posição que vamos manter quando for discutido aqui a proposta. Mas queria-lhe dar de viva-voz, porque acho que é importante que as forças vivas venham aqui a estes sítios colocar as questões e dizer que há mais de 20 anos têm uma promessa que nunca foi realizada.

Alexandre Teles (PSD) – Cumprimento todos os presidentes de coletividades da Freguesia do Sado que estão hoje aqui e que se mobilizaram por uma proposta de uma requalificação tão digna e tão necessária na Freguesia do Sado e que há muitos anos que está prometida e todos dizem que a executam.

O próprio PSD já fez uma proposta em Assembleia de Freguesia, em 2022, para unir esforços e se efetuar esta requalificação, em que os elementos da bancada da CDU votaram todos contra na altura. São pequenos pormenores, mas esta mobilização do Sado devia, também, se mobilizar para estas Assembleias de Freguesia. Concordo plenamente que aquele espaço seja requalificado, não pelos meios, nem pelo tipo de financiamento que a Câmara está a fazer, mas a bancada do PSD concorda plenamente que é uma necessidade.

Tínhamos muitos miúdos dedicados ao desporto que saíram para outras coletividades com muito melhores condições, fora do Sado. Temos muita gente no Sado a precisar daquelas infraestruturas e, quem fala do Sado, fala em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra que, também, acaba por ser infraestruturas próximas desta freguesia. Um especial agradecimento para a mobilização de todas as pessoas que hoje estão cá da Freguesia do Sado e outras que cá estão presentes também.

Vanessa Silva (CDU) – Relativamente às questões que foram colocadas pela dona Vanessa do Praiense que, aliás, tem o mesmo nome que eu, o que é uma simpatia, gostava apenas de fazer uma referência. Nós pensamos que é importante para as pessoas que aqui estão poderem assistir à discussão do ponto em si, mas não queremos deixar de dizer que, naturalmente, a CDU apoiou desde a primeira hora aquelas que foram as propostas que a Câmara Municipal de Setúbal encontrou como possibilidades de fonte de financiamento desta obra. Obra que consideramos que é de grande importância, não só no plano local, mas no plano global do nosso concelho, porque corresponde à necessidade que temos identificada de diversificar os locais de desenvolvimento do desporto no nosso concelho e descentralizá-los. Portanto, aquilo que faremos hoje, é o mesmo que já fizemos anteriormente, que é votar a favor deste empréstimo.

Como sabemos, há duas formas que a Câmara procurou encontrar para garantir que esta obra fosse realizada e a proposta de integração neste empréstimo prende-se com o facto de a outra fonte de possível financiamento da obra não estar, na prática, a acontecer.

Quando aqui o PS diz que o Praiense tem um empréstimo e uma condição do contrato da Datarede, o Praiense não tem, porque ainda não foi possível concretizar por via dessa condição que está no contrato de concessão com a Datarede.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 046/2024/AM – Delib. CM n.º 287/2024 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, com a área de 427,67 m², sita na Praceta Fernando Alcobia, União das Freguesias, em Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, e a abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do CH e do PAN, as abstenções do PS, do BE e da IL, e o voto contra do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Rui Lamim (PSD) – Este documento que fez este percurso até aqui, que é este conjunto de folhas que aqui tenho na mão, é vago, não tem o desenho da área em causa, refere-se a uma fotografia identificada com uma bola. Este documento esteve em audiência prévia, ninguém conseguiria dizer qualquer coisa de concreto sobre o mesmo, porque ele é vago demais.

E o que é que se trata? Trata-se de retirar do domínio público para uma eventual venda um pedaço de terreno perto do Bonfim, junto à Praceta Fernando Alcobia. Nesse local, hoje, existe um parque de estacionamento municipal, aquele local que fica em frente à porta do Pavilhão do Vitória, fica ao lado do Estádio do Vitória, fica na zona de proximidade dos autocarros do ITS, dos comboios, fica numa zona de grande densidade. Ontem à noite, devido à Assembleia Geral do Vitória, era totalmente impossível estacionar naquelas redondezas.

A proposta tem como intenção, não hoje, mas mais tarde, a venda desta parcela de terreno para habitação. Ora, o que ficava bem ali era um silo automóvel. Mas voltemos à parte que se pretende tirar do domínio público, que não se percebe o que está aqui e que, felizmente, nós um pouco mais informados por andarmos a fazer as perguntas e obtivemos alguma informação também na Comissão e o que se pretende é “comer” cerca de 7 metros para dentro da Praceta Fernando Alcobia, se ficasse lá um prédio. Um prédio como os outros de 7 metros, desaparecia o estacionamento que hoje lá existe e 7 metros para dentro daquilo que já é uma Praceta pequena e muito fechada, também desapareceria. Portanto, começemos com aquilo que é mais importante, vamos dar informação às pessoas acerca do que se pretende com a desafetação desta área do domínio público, vamos passar a informação como deve ser e a nossa proposta é que este documento deve ser retirado, deve ser reformulado e deve ser apresentado com a necessária clareza, com o mapa, com o desenho para que as pessoas possam perceber e se pronunciar acerca do que está em causa, porque o que está em causa não é uma bola numa fotografia do Google Maps, é outra coisa.

Vítor Rosa (BE) – Abria aqui um parêntesis, Sr. Presidente, embora tendo havido consenso entre todas as forças políticas que em assembleias extraordinárias não seriam apresentadas moções e saudações, enviei para a Assembleia um voto de pesar relativamente a Fausto Bordalo Dias, penso que no final fará todo o sentido de uma forma resumida referir o conteúdo desse voto de pesar e se a Assembleia assim o entender, guardar um minuto de silêncio relativamente à obra de Fausto.

Relativamente à deliberação que temos em discussão, dizer que a informação prestada para a necessidade de desafetação pública não é suficientemente esclarecedora para podermos acompanhar esta deliberação, por isso a nossa abstenção.

Se é certo que “apenas” estamos a aprovar a sua desafetação, de certeza que existem razões objetivas para que mais tarde venha a esta Assembleia uma proposta de hasta pública para a venda desta área que, no local em causa irá, mais uma vez, servir os interesses privados imobiliários.

O Executivo, na sua necessidade de arranjar verbas, não olha a meios de alienação do domínio público municipal e temos dúvidas de que este seja o caminho a seguir na boa gestão do território público municipal.

António Costa Ferreira (PSD) – Só quero reforçar este pedido de retirada desta proposta, primeiro, como o meu companheiro disse, a informação é deficiente embora na Comissão eu tive acesso a essa planta, mas não foi possível. Por outro lado, o relatório de avaliação que é junto, aliás, isto é uma reclamação que eu tenho vindo a fazer, é que os documentos venham todos subscritos, homologados pela vereadora respetiva e este relatório de avaliação da Comissão, com o devido respeito, não vem em condições, mais, peca por deficiência, por omissões e por erros grosseiros. Portanto, a avaliação que aqui está não tem nada a ver com o valor do prédio que se vai constituir. Eu sei que não é para o objeto agora seguir para a hasta pública, mas tendo de se fazer o trabalho bem feito, que se faça, e a planta a juntar deve ser uma planta georreferenciada, deve ser um relatório convenientemente, porque exemplifiquemos os 3 prédios que servem de método comparativo, vejam só o que foram escolher, um junto à Estrada das Machadas, outro em frente ao Intermarché. Localizações que não têm nada a ver com o valor que é o centro da cidade ali, isto desvirtua e estamos, parece-me, a fazer de um documento que é sério, a transformar numa coisa banal e que deve vir a esta Assembleia com todos os requisitos.

Presidente da Câmara – Naturalmente que as forças políticas na Assembleia Municipal farão aquilo que entenderem relativamente ao destino a dar a esta proposta que foi apresentada e foi aprovada na Câmara Municipal e que agora vem aqui à Assembleia Municipal.

O que está aqui em causa, para não haver dúvidas sobre a transparência deste processo, porque parece que pode haver alguma má interpretação sobre o que foi dito. É um processo profundamente transparente, porque o que está expresso é que se trata de um procedimento normal de identificação de uma área para passar do domínio público para o domínio privado do município e para se fazer o devido registo, para depois vir a constituir um prédio único. Portanto, como também já tive oportunidade de dizer na Câmara Municipal, no sentido de ser uma disponibilidade para habitação e é esse o objetivo claro que, na Câmara Municipal, pelo menos, a questão foi-me colocada e que eu respondi exatamente nestes termos.

Nós todos já andamos por aqui algum tempo e conhecemos como é que são estes procedimentos relativamente à questão do valor do que estamos a falar ou pelo menos o que vem nos documentos. O valor é um valor de registo, porque a fase da hasta pública e o que vier a ser determinado depois é uma situação de avaliação completamente diferente do que está hoje nesta documentação.

Esta documentação, volto a repetir, os valores que estão aí identificados são valores de registo na Conservatória e é disso que nós estamos a falar.

Portanto, Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados dizer que este é um processo normal que tem, do nosso ponto de vista, o objetivo de criar as condições para que haja, de seguida, a possibilidade de lançar uma hasta pública que há de vir à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, seguindo os procedimentos normais e nessa altura com a toda a informação que, reconheço, terá de ser mais rigorosa do que aquela que vem na proposta.

Já agora dizer, também, que na comissão essa informação mais rigorosa foi disponibilizada e o senhor deputado António Costa Ferreira teve acesso até por e-mail a essa informação.

Creio que mais transparente do que isto, mas podemos dizer que o documento que é apresentado na proposta poderia ser mais rigoroso, mas senhoras e senhores deputados, é muito claro o objetivo que está aqui e que é fundamental para criarmos as condições para haver maior capacidade construtiva, no nosso entendimento, para habitação numa zona central da cidade que é, naturalmente, um objetivo municipal, não é só como todos sabemos, um objetivo municipal, é um imperativo nacional. Creio que sobre isto não há dúvidas nenhuma. Estamos a fazer esse caminho e reconheço que podia vir aqui um documento com as plantas com o rigor que o senhor deputado aqui referiu, não vem, mas que fique claro que há transparência no objetivo do que está em causa e creio que não há dúvida nenhuma sobre isso.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, também, não irá acompanhar esta proposta, contrariando um bocadinho aquilo que o Sr. Presidente aqui disse, com todo o respeito, mas consideramos que realmente é necessário a transparência no documento. O primeiro ponto que estamos aqui a deliberar é sobre um documento com uma Comissão de Avaliação de três pessoas e que apenas só tem uma assinatura. Pelo menos foi este documento que nos entregaram, o que indicia que não sei se será a versão final ou não, acho que era de bom tom os documentos virem assinados por quem de direito.

Presidente da Câmara – Só para um esclarecimento sobre o documento que veio não está assinado, a Comissão de Avaliação foi aprovada pelos órgãos competentes, foi nomeada e é essa comissão que tem a competência que os órgãos municipais lhe atribuem.

António Costa Ferreira (PSD) – Clarificar que o documento tem erros grosseiros, para além da questão da falta de subscrição dos documentos, que faz parte da transparência. Tem erros grosseiros no seu conteúdo e, por isso, nós voltamos a insistir que seja retirada a proposta.

Flávio Lança (IL) – Só quero que fique claro que não colocámos, com a minha intervenção, em causa a dignidade e competência da Comissão de Avaliação, o que estamos a dizer é que nos foi apresentado um documento sem estar assinado, não indicia que possa ser a última versão e, por isso, não vamos acompanhar.

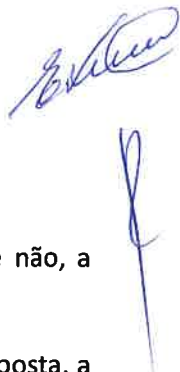
Presidente da Câmara – Quero que fique claro que este é um processo que consideramos urgente, tendo em conta os objetivos que estão expressos e expressos por mim, hoje aqui também, como fiz na reunião da Câmara. Consideramos que é um processo urgente no sentido de o mais rapidamente podermos atingir o objetivo. Se as forças políticas aqui presentes entenderem que eu já reconheci que a informação, embora nós que acompanhamos estes processos e sabemos os trâmites que estão aqui em causa e é por isso que eu falo da transparência dos processos, podia ser uma informação melhor identificadora do que está aqui em causa. Por isso, Sr. Presidente, com esta declaração deixo à consideração se as forças políticas entenderem que a proposta deve ser retirada, naturalmente, que a Câmara retira a proposta.

Presidente da Mesa – Mas não estamos nessa fase, estamos na fase da discussão da proposta, há um pronunciamento nesse sentido, não havendo outros, o que resta fazer é colocar à votação, se a Assembleia não aceitar nas condições em que está, votará maioritariamente contra, se aceitar...

Rui Lamim (PSD) – Um ponto de ordem à Mesa só para reafirmar que nós mantemos a proposta de retirada.

Presidente da Mesa – Certo! Acabei de dizer isso. Há essa proposta por parte do PSD, mais ninguém a fez, portanto, não é aceite, foi isso que eu questionei o Sr. Presidente, não havendo mais pronúncias vamos votar.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente, eu fiz uma declaração considerando que este procedimento, do nosso ponto de vista, é um procedimento urgente, consideramos que, apesar de algumas falhas no rigor da apresentação, não é a informação, mas se a Assembleia entender que considera necessário apresentar uma nova proposta, a Câmara Municipal retira a proposta. Há uma força política ou duas que já se manifestaram, ou três creio eu, que já se manifestaram e se a Assembleia decidir que a proposta não está em condições de avançar, a Câmara Municipal aceita que seja retirada.



Presidente da Mesa – Senhor Presidente, essa posição estava clara, o Sr. Presidente entende que não, a Assembleia pronunciou-se e eu voltei a perguntar quem se pronunciava.

Simão Calixto (CDU) – Da parte da bancada da CDU, nós não temos nenhuma questão com esta proposta, a nossa sugestão é que ela seja posta à votação e que o resultado seja aquilo que é a votação de cada um, se é aprovada ou não.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 17 da CDU e 8 do PS, 7 votos contra, 6 do PPD/PSD e 1 da IL, e 4 abstenções, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Presidente da Mesa – Sobre o reparo ou o lembrete que o senhor deputado Vítor Rosa há pouco fez em relação ao voto de pesar sobre a morte do Fausto., lembrei-lhe que não temos aqui o período de Antes da Ordem do Dia, mas os votos de pesar só fazem sentido quando não são extemporâneos e o que sugeri foi que, em vez de estarmos a fazer apreciação e votação do voto de pesar, pelo menos fizessemos um minuto de silêncio por respeito ao artista que marcou uma era, também, nas artes, na música e na canção. O senhor deputado já sugeriu que fizessemos no fim, espero que não nos esqueçamos de fazer o minuto de silêncio.

2. Deliberação n.º 047/2024/AM – Delib. CM n.º 402/2024 – Proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição do Selo Verde – Certificado de Qualidade Ambiental do Município de Setúbal

Maria João Palma (PS) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Mariana Crespo (PAN) – A defesa do meio ambiente e da nossa casa comum, que é o planeta Terra, assume-se como a principal prioridade dos nossos tempos sendo, naturalmente, saudadas todas as iniciativas que pugnem por este objetivo.

Iremos acompanhar esta iniciativa, contudo, não podemos deixar de alertar para que o desenvolvimento deste género de programas não venha a constituir uma mera atitude *greenwashing* por parte do Município de Setúbal que, em tantos outros projetos de maior impacto ambiental não tem conseguido pautar-se pelas mais adequadas práticas de proteção ambiental. Esperemos, em particular, que os projetos que venham a ser agraciados por esta distinção, o sejam de forma imparcial e tenham o devido carácter diferenciador na defesa do ambiente, em vez, de apenas um carácter publicitário e de campanha para o poder local.

Iremos acompanhar esta proposta por aquilo que esperamos que ela venha, verdadeiramente, a ser e que seja um incentivo à população e às organizações locais para que seja uma mudança que querem ver no mundo, usando as palavras de Gandhi, e derivado de tal, se sintam empoderados e capacitados para exercerem a necessária pressão junto do poder local para que sejam feitas as reformas estruturais necessárias ao município. Esperemos, também, que mediante este tipo de projetos os responsáveis do poder local tenham a capacidade e sensibilidade para entender as principais preocupações ambientais que assombra o Município de Setúbal e sejam capazes de agir atempadamente face às mesmas.

Presidente da Mesa – Faço só notar que esta não é uma novidade deste regulamento, é apenas uma alteração ao regulamento que já está em vigor e eu quase que estava disposto a testemunhar que até agora têm sido sempre os prémios feitos com isenção e com objetividade, nunca ninguém reclamou ou considerou que não havia isenção. Estou só a falar, porque isto já vem de trás.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CHEGA.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

3. Deliberação n.º 048/2024/AM – Delib. CM n.º 403/2024 – Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal

Maria João Palma (PS) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Maria João Palma (PS) – Um Conselho Municipal de Ambiente, é um órgão de reflexão e consulta representativo das forças vivas do concelho e tem por missão estabelecer uma estrutura permanente de debate e participação relativamente a todas as matérias municipais relevantes no âmbito do desenvolvimento sustentável municipal e regional.

No Porto, o Conselho Municipal de Ambiente foi aprovado em 22/07/2003, em Lisboa, por proposta do PEV, foi em 2008. No contexto atual global mudou muito nestas últimas décadas e são preocupações cada vez mais prioritárias, a mobilidade, os resíduos, a qualidade do ar, os espaços verdes, a plantação e classificação de árvores, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, o amianto, a poluição do ar e sonora, a descontaminação dos solos, os eco bairros, as coberturas verdes, a erradicação da glicofosfato, a gestão eficiente do uso da água, a poupança e eficiência energética, a medição da pegada ecológica, etc., etc.. Obviamente que, sendo esta proposta feita e estando a ser aprovada a sua regulamentação, nós vamos acompanhar e a bancada do Partido Socialista entende que apenas peca por tardia.

Esta proposta foi, em novembro de 2023, aprovada em reunião de Câmara, depois foi para consulta pública, saiu o resultado do relatório da consulta pública em maio de 2024, neste momento, voltou à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, volta à Assembleia Municipal e empurrando-se no tempo significa que este Conselho Municipal de Ambiente, provavelmente, não terá exercício de funções até ao final deste mandato. Como tal, como outros conselhos municipais que, neste momento estão criados, não têm qualquer tipo de função quando na realidade acabam por ser empurrados até ao final do mandato e tudo vai ficar por fazer como no anterior e no anterior e no anterior.

Vítor Rosa (BE) – O Bloco de Esquerda sempre se manifestou contra a necessidade de um acompanhamento de proximidade e envolvimento das mais diversas entidades sobre as questões ambientais, no caso concreto, relativo ao nosso concelho.

A concretização deste regulamento é mais um passo nessa direção que só peca, em nossa opinião, por tardio. Ainda temos na memória o acidente industrial de características ambientais na zona industrial da Mitrena, que afetou consideravelmente as populações da Freguesia do Sado, mas, para além do envolvimento direto do Conselho Municipal de Segurança, o envolvimento do Conselho Municipal do Ambiente pode e deve concorrer para uma maior sensibilização para os cuidados a ter na defesa do meio ambiente e de toda a diversidade animal e florestal do nosso território, muita dela de riqueza única.

A contínua necessidade de campanhas de sensibilização e informação junto das populações mais próximas de eventuais catástrofes ambientais é um imperativo que estes dois conselhos municipais têm que dar respostas, que depois do exemplo, há pouco apontado, pouco ou nada tem sido feito junto das populações nos últimos anos, limitando-se o executivo a ações pontuais e de pouco impacto, ficando, muitas vezes, o papel de sensibilização e formação a cargo de entidades externas com as suas limitações de recursos humanos e financeiros.

Acompanhamos favoravelmente este regulamento, mas muito caminho há a percorrer na defesa do património ambiental do nosso concelho.

Mariana Crespo (PAN) – À semelhança do exposto anteriormente, relativo à importância maior da defesa do meio ambiente, o PAN congratula a existência e finalização do Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal, um documento tão urgente e necessário. Contudo, não podemos deixar de, em primeiro lugar, realçar a preocupação com o procedimento de consulta pública a que foi sujeito e que motivou queixas por parte de algumas entidades pela alegada falta de divulgação e dificuldade no acesso à informação necessária para análise. Tal não foi exclusiva, aparentemente, deste regulamento agora em apreço, como bem sabemos, mas não poderíamos deixar de alertar novamente para este problema.

Quanto ao documento propriamente dito, esperemos que o Conselho Municipal de Ambiente de Setúbal possa funcionar de forma isenta e imparcial abarcando os contributos das diversas organizações, além do executivo municipal que tão honradamente o compõem.

Preocupa-nos, nesta perspetiva de imparcialidade, que o Conselho Municipal de Ambiente apenas tenha previstas reuniões de carácter bianual, o que pode dificultar a análise de situações ou continuidade de projetos mais específicos ou também que apenas seja possível convocar reuniões extraordinárias por iniciativa do seu Presidente, sem respeito pelo menos pela vontade de uma maioria absoluta. Com estas ressalvas iremos, não obstante, acompanhar a presente proposta.

Rui Lamim (PSD) – Sobre a constituição do Conselho Municipal de Ambiente nós saudamos e achamos muito bem que este regulamento e esta constituição ocorra. Achamos que ele já devia ter ocorrido, o regulamento não é perfeito, mas ele poderá ser alterado no futuro. Iniciamos o trabalho e isto é de saudar.

Simão Calixto (CDU) – Aproveitar para valorizar a criação deste Conselho Municipal de Ambiente, a sua composição bastante alargada com um conjunto muito grande de entidades, seja ligada à área do ambiente, seja também de forças políticas representadas na Assembleia e noutros estilos de participação cidadã que estão envolvidas neste conselho.

Quero valorizar, também, este importante instrumento do município que será para desenvolver a política ambiental e que certamente poderá começar já com a apreciação do Plano de Ação Climática que já foi aprovado e que está em período de discussão pública.

Presidente da Câmara – Apesar do pessimismo de algumas intervenções, acho que não há razão nenhuma para isso, no fundo, nós temos vindo a trabalhar para criar as condições, como aqui é demonstrado pelos documentos que trazemos aos órgãos e pelo envolvimento das organizações da defesa e da promoção da qualidade do ambiente em Setúbal.

Acho que nós estamos no caminho certo, as críticas, o pessimismo, naturalmente que fica ao cuidado de cada intervenção que aqui foi feita, só quero dizer que estamos otimistas neste caminho e temos a certeza que as entidades que vão fazer parte do Conselho Municipal de Ambiente são entidades que nos merecem o melhor respeito na capacidade de zelar, de ter iniciativa na defesa e na promoção da qualidade do ambiente em Setúbal.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

4. Deliberação n.º 049/2024/AM – Delib. CM n.º 405/2024 – Adjudicação | Contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos Municipais – PPI 2024 – Nova Submissão

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, do PPD/PSD, do BE e da IL, e os votos contra do CH e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Marlene Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Quero apenas reforçar o apelo que já foi feito aqui hoje, por um elemento de uma das coletividades da Freguesia do Sado. Quero apelar a todos que pudessem viabilizar esta proposta.

Relembrar que, pelo menos no que toca à Freguesia do Sado, neste documento não está apenas o Campo de Futebol, estão outras duas obras que são bastante relevantes, aliás, está espelhado aqui hoje, não só pela presença do Movimento Associativo, mas há outras pessoas que aqui estão e que não têm nenhuma relação com o Movimento Associativo e que estão aqui com preocupações relativamente às duas outras obras, que são os passeios da Morgada e o parque.

São obras que a Junta de Freguesia tem vindo a identificar junto da Câmara Municipal como prioritárias, porque é este o recolhimento que tem feito do que ouve da população e, portanto, quero apelar a todos que pudessem viabilizar este empréstimo.

Mário Aranha (PS) – Isto é um déjà-vu feito pelo PCP/CDU, ou seja, faz aqui uma salada russa, onde mistura obras de grande relevância social com outras que não fazem qualquer sentido serem financiadas num empréstimo a 20 anos.

Aqui ninguém está a pôr em causa se são obras absolutamente necessárias, portanto, temos de separar a obra em si da forma como é financiada e aqui é seguida uma estratégia com a qual o Partido Socialista e qualquer pessoa com um mínimo de responsabilidade não poderá concordar. No empréstimo a 20 anos vão ser mais de 1 milhão de euros só em juros, isto não faz qualquer tipo de sentido. Por exemplo, quando nós estamos aqui a discutir um empréstimo para a construção de escadas e pavimentos ou execução de arranjos exteriores, um empréstimo a 20 anos não faz qualquer tipo de sentido, isto com a receita corrente da Câmara é perfeitamente factível, e não esquecer que só em 2023 a Câmara teve a 134 milhões de euros de receita. Isto é uma gestão que nós não podemos concordar, eu já disse isso uma vez e volto a repetir, o dinheiro dos contribuintes não são notas de monopólio, temos de os respeitar, são mais de 1 milhão de euros em juros que não podemos concordar.

De referir, mais uma vez, que apesar de não concordamos com este financiamento a tão longo prazo, há aqui, obviamente, várias obras e várias realizações com as quais o PS, como já disse aqui, é 100% a favor, como por exemplo, a Estrada da Morgada justifica-se fazer um empréstimo a longo prazo, não a tão longo prazo, ou a reabilitação da Casa Luísa Todí e, obviamente, o Campo do Praiense, esse então é a obra com mais relevância. Não concordamos que seja a 20 anos, é a proposta que a Câmara faz, mas, naturalmente, sendo o Partido Socialista o partido do investimento, não será por nós que estas obras não vão avançar.

O que achamos estranho aqui é que seja posto neste conjunto este tipo de situação, ou seja, onde temos, de facto, realizações com grande impacto social que, embora sendo importantes, podem ser perfeitamente financiadas através do orçamento da Câmara.

Sabemos que passando este empréstimo, será mais uma situação para o Partido Socialista resolver em 2025, em termos desta carga de juros em que vamos, naturalmente, tentar que este tipo de empréstimo seja liquidado o mais rapidamente possível para não onerar os contribuintes em mais de 1 milhão em juros.

Flávio Lança (IL) – Quero deixar aqui bem claro a nossa posição, nós estamos aqui hoje para deliberar sobre uma proposta de adjudicação de um empréstimo de médio/longo prazo por parte do executivo da Câmara Municipal de Setúbal.

É importante deixar aqui claro que não estamos a votar a realização das obras, estamos a votar a decisão de financiar estas obras através de um empréstimo. A não aprovação deste empréstimo não impede a Câmara Municipal de Setúbal de realizar as diversas obras necessárias.

Reconhecemos a relevância das obras propostas, no entanto, o que está em causa aqui não é a importância dessas obras, mas sim, a gestão descontrolada dos dinheiros públicos que tem vindo a ser demonstrada por este executivo.

Não podemos esquecer que existem diversas formas de financiar obras públicas, sendo os empréstimos apenas uma destas alternativas. Em 2023 as receitas de impostos da Câmara Municipal de Setúbal ascenderam a mais de 58 milhões de euros, portanto, é possível financiar as obras com receitas próprias, evitando o endividamento adicional.

Infelizmente, a gestão financeira atual da Câmara Municipal tem sido alarmante. Em 2022 apresentou-nos um prejuízo de cerca de 8 milhões de euros, enquanto, que em 2023 esse valor subiu para cerca de 15 milhões de euros de prejuízo, as previsões para 24 não são melhores. Recentemente recebemos mais um sinal, foi noticiado que as receitas esperadas da Feira de Santiago são inferiores às despesas, resultando em mais um prejuízo acumulado aos existentes. Além disso, as contas do município foram apresentadas com reservas que já referi aquando da sua apresentação.

Não podemos continuar a enganar os setubalenses e azeitonenses hipotecando o seu futuro com uma gestão descontrolada e irresponsável. Um novo resgate do município não será positivo para Setúbal. Devemos priorizar uma gestão responsável e transparente dos recursos públicos garantindo um futuro sustentável para Setúbal.

A Iniciativa Liberal irá votar contra a adjudicação deste empréstimo de médio/longo prazo, reforçamos que apoiamos a execução destas obras, mas entendemos que, neste momento, a Câmara Municipal de Setúbal não tem condições para contrair mais um empréstimo.

Termino desafiando o Sr. Presidente que realize as obras sem recurso a um empréstimo.

Alexandre Teles (PSD) – Volta hoje à Assembleia Municipal o mesmo empréstimo de médio/longo prazo num valor aproximadamente de 3,5 milhões de euros, onde são anunciadas 11 obras que o executivo considera fundamentais para o desenvolvimento do concelho, sem qualquer alteração relevante no teor da proposta, fazendo referência que para que a adjudicação da mesma seja considerada, terá de ser hoje aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, 19 mais um, e a alteração do nome das obras. Havia muitas requalificações que passaram para construções, só faço aqui uma pequena referência ao nome que foi mudado para a Estrada da Morgada, chamaram “execução na Estrada da Morgada”, conheço aquela estrada há 43 anos, ela não vai ser executada, pode ser uma requalificação ou uma reabilitação, porque executar não vão com certeza, uma vez que ela está lá há muitos anos.

Esta proposta hoje apresentada não esconde a falta de capacidade de diálogo, a falta de gestão e a completa descoordenação do executivo municipal relativamente à política de escolha de investimentos e ao método de financiamento dos mesmos.

A bancada do PSD volta a referenciar e insistir que, neste conjunto de obras que o município designa como investimentos, basicamente algumas não passam de atos de conservação e melhoria de espaços existentes, o que põe em causa o princípio de equidade e inter-relacional. Os empréstimos devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do respetivo investimento.

Neste empréstimo, também, existem investimentos e obras que fazem parte do programa do PSD, faço referência a uma em particular, a reabilitação do Campo Júlio Tavares, do Praiense, aqui chamado no nome da proposta. Não entendo muito bem o porquê de o texto conter o nome de uma coletividade específica, tendo em consideração que a infraestrutura é pública e que a mesma deverá ser preparada e requalificada para servir todas as coletividades da freguesia e de todo o concelho, se assim for possível.

Se existir a necessidade de fazer referência a coletividades, deve ser acrescentado nomes de outras coletividades na Freguesia do Sado, assim o nome do investimento deveria ser “reabilitação do Campo Municipal Júlio Tavares, Praiense, Curvas, Santo Ovídio”. Mas isso é só um pequeno pormenor.

Neste investimento o executivo, também, volta a mostrar uma falta de coerência, de diálogo e de gestão neste caso com o contrato de concessão do estacionamento tarifado com a Datarede. É complexo que o executivo imponha unilateralmente uma alteração ou uma contrapartida. O famoso Anexo 9, salvo erro, num valor a rondar 1,4 milhões de euros, ao valor da assinatura deste contrato de concessão tão penoso para os setubalenses.

Esta proposta de modificação do contrato foi a reunião de Câmara a 27 de março com o seguinte texto: *“substituição da obra prevista para o Largo José Afonso, obrigação da concessionária para proceder à execução da obra previsto no caderno de encargos no Largo José Afonso, é substituída pela obrigação de execução da obra de requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares”*. Aqui chamaram Campo Municipal Júlio Tavares, cuja caracterização detalhada consta anexa à presente deliberação com uma estimativa de custos de 1.184.444,05 euros abaixo da contrapartida inicial e que a concessionária dispunha de 12 meses para a entrega da obra contados da notificação presente á deliberação, sendo que o início da obra deveria ocorrer até um

mês após a notificação da presente deliberação. Por isso questiono o executivo, se já houve alguma resposta por parte da concessionária relativamente a esta imposição?

Mas na Assembleia seguinte vai haver tempo para aprofundar este tema e muitos mais outros importantes. O próprio PSD apresentou, em dezembro de 2022, uma proposta de requalificação desta infraestrutura na Assembleia de Freguesia do Sado, tendo as seguintes considerações, dever-se-ia unir esforços junto às empresas da região e com os cidadãos para encontrar os meios necessários e fundos para a requalificação do espaço municipal. Um método um pouco diferente de financiamento ao que agora o executivo quer implementar e que a mesma ocorresse no presente mandato autárquico, à qual os elementos da CDU categoricamente votaram contra e onde esgrimiram argumentos, tais como, que a obra já estava contemplada no orçamento de 2023, sem nenhum deles saber qual era a rubrica. Disseram, também, que já existia um compromisso por parte do Sr. Presidente que a obra irá ser executada, uma promessa e que o PSD com esta proposta estava a fazer puro aproveitamento político, que a proposta contemplava algo que já existe, estamos a ver que não, entre muitas outras que não vale apenas anunciar.

Acaba por ser um pouco irónico os argumentos apresentados pelos elementos da CDU em Assembleia de Freguesia, mas agora dizem que depende do bom senso de todas ou algumas bancadas aqui presentes na Assembleia Municipal.

Por isso, possivelmente, estes mesmos elementos esqueceram-se ou foram mal informados de um dos fatores mais importantes, ter verba e financiamento disponível para efetuar toda a requalificação. É isso que o PSD pretende, que haja esse compromisso por parte do executivo e que a obra seja executada na sua totalidade, conforme projeto apresentado, sem que haja puro aproveitamento político, sem que a obra seja faseada numa pura estratégia de ilusão aos fregueses e futuros utilizadores do espaço.

Neste conjunto de obras verifica-se que, além da requalificação de alguns espaços muito degradados e esquecidos pelo executivo de Setúbal, existe uma preocupação de investimentos fundamentalmente em Azeitão e no Sado, que nos casos o PSD se identifica na sua totalidade. Logo, o PSD em nada se opõe à execução das obras em questão e, também, verifica que houve um esforço por parte do executivo para as detalhar e apresentar junto à vereação e à Assembleia Municipal, mas continua a ter algumas dúvidas ao modo como as mesmas estão a ser financiadas. Por isso, vai hoje depender de todos os elementos aqui presentes em Assembleia Municipal a aprovação da contratação de mais um empréstimo de médio/longo prazo. Esta gestão e estas obras são, obviamente, uma seleção CDU e a sua não aprovação significa um bloqueio de financiamento de decisões, recorde, já tomadas e tão necessários particularmente em zonas do concelho em franco crescimento e muitas vezes negligenciadas pela CDU.

Vítor Rosa (BE) – Acreditando no velho ditado popular *“água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”*, mesmo com todas as reservas apresentadas pela oposição sobre a necessidade destes investimentos, o executivo CDU traz, mais uma vez, a esta Assembleia a adjudicação de um empréstimo bancário até ao montante de 3 milhões 469 mil euros e 66 cêntimos com o prazo de 20 anos, com particular destaque ao valor de reabilitação do Campo Júlio Tavares de quase 1 milhão de euros, que, grosso modo, é um terço deste empréstimo, num total de 11 propostas de investimento.

Invoca o executivo a bondade da proposta, quanto a essa bondade não a colocamos em causa. Considera, também, a sua atualidade e pertinência e que as mesmas representam intervenções de relevo na consolidação e valorização na estrutura urbana do território, mas aqui temos algumas reservas quanto à sua atualidade, pertinência e por quanto tempo elas são de consolidação e valorização da estrutura urbana do território, face a construções propostas e de reabilitação a que este é um empréstimo de 20 anos que contribuirá para as contas futuras do município e que algumas dessas intervenções não irão, de todo, permanecer intactas, necessitando de gastos futuros nesse mesmo espaço temporal.

Este executivo tem estado, desde que tomou posse em 2021, a concluir muita da obra deixada pelo anterior executivo, também ele CDU, também ele com muitos dos personagens atuais dos mesmos cargos e responsabilidades. Entende agora, a ano e meio das novas eleições autárquicas e com um fantasma atrás de si, da atualidade e pertinência do relevo e consolidação na valorização do território. Pena que seja agora e não nas decisões que deveriam ser tomadas, algumas delas há mais de uma década, o saneamento básico em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, por exemplo, que só agora neste mandato arrancou, ou o saneamento do conjunto de moradias no Vale da Rosa, perto do complexo Desportivo Municipal na Freguesia de São Sebastião.

Outros valores e obras se aprovaram nos anteriores executivos que continham na sua composição muitos dos que hoje aqui estão, e que preferiram decorar a cidade com árvores de plástico, gatos em cima de telhados do que a fazer obras necessárias. Aquisições no valor de milhões, umas votadas ao abandono como a Praça de Touros, o Imapark, por exemplo, outras pouco ou nada acrescentaram à cidade, o turismo na Praça do Bocage com consequências financeiras para a gestão autárquica.

Falava há pouco de reabilitação no Campo Júlio Tavares, esta é uma das obras que também já deveria ter acontecido há mais tempo, mas também é reflexo das opções erradas da gestão CDU. Cada bairro, cada freguesia tem que ter o seu campo de futebol, em vez de se pensar numa gestão integrada de equipamentos que sirvam mais que um bairro, uma freguesia e já agora deixar a nota de que desde que existe a Freguesia do Sado, ela foi sempre de gestão CDU, passados todos estes anos, só agora a Câmara e a CDU olha para este equipamento desportivo e pensa na sua reabilitação. Acresce, ainda, o impacto da falta de espaços de estacionamento junto ao campo e nas áreas adjacentes, problema crónico nas Praias do Sado e não só, na Freguesia do Sado aquando da realização de qualquer evento com maior dimensão, informação ausente na apresentação deste investimento na sessão de sensibilização que a Câmara realizou recentemente.

Entendemos a bondade da proposta, temos todas as reservas quanto à sua oportunidade e tempo de concretização dentro deste mandato e deixar mais encargos financeiros futuros, daí a nossa abstenção nesta deliberação.

Simão Calixto (CDU) – Quero, em primeiro lugar, valorizar todo o esforço que foi feito pelo executivo de esclarecimento, inclusive da sessão que tivemos com técnicos municipais, na semana passada. Creio que foi um contributo imprescindível para que todos tenhamos conhecimento daquilo que está neste empréstimo e aquilo que significa a realização destas obras para as populações das respetivas freguesias e dos respetivos bairros onde elas se realizam.

Procuramos, assim, através do executivo e da Assembleia Municipal, sensibilizar todos para a importância destes investimentos que são vários e importantes. Portanto, temos hoje nova oportunidade para aprovar estes investimentos. Não podia deixar, no entanto, de referir aqui duas coisas, em particular à intervenção feita pelo Partido Socialista, que depois de tudo não foi capaz de dizer se estão ou não a favor do desenvolvimento do concelho, se estão ou não a favor destas obras. Na verdade, o que vocês querem é andar para trás, na verdade, o que vocês querem é a política má que fizeram, que deixaram as contas da Câmara no charco e que ainda hoje provocam um conjunto muito grande de dificuldades.

Se o Governo pagasse o que deve a esta Câmara, a este município, certamente teríamos outras condições de fazer outros investimentos sem recorrer a empréstimos. Relembro os senhores, que só da transferência de competências da Educação estão identificados mais de 3 milhões de euros de dívida do Estado Central a esta Câmara, só isso dava para pagar este investimento e ainda outras obras que estão aqui previstas no nosso plano. Também posso lembrar os senhores, que só do Centro de Saúde de Azeitão é 1 milhão e 400 mil euros que o Estado Central deve a este município e que só com esse valor dava para construir um campo e meio no Praiense. Estão a ver, se calhar, vocês deviam ter tido outra consciência quando estiveram no Governo e outra forma de estar nesta casa, porque sabemos aquilo que, também, são as políticas do PS.

Relembro, mais uma vez, que só o voto favorável de uma maioria absoluta nesta Assembleia permite a aprovação deste empréstimo e permite o financiamento necessário para a realização destes investimentos no conjunto das freguesias do concelho e que, volto a referir, são importantes, fazem falta e são imprescindíveis para o desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho.

Luís Maurício (CH) – A minha intervenção vai ser curta e assertiva, por já ter falado e referido este assunto. O executivo, quase no fim do seu mandato, não percebeu que está em minoria e neste processo precisa mesmo de uma maioria qualificativa e um não diálogo só prova a arrogância deste executivo. Como referimos anteriormente, a bancada do CHEGA pode ir a todas as ruas, coletividades e outros e justificar o sentido de voto da sua bancada relativamente a mais um empréstimo de 3,5 milhões que seria de investimentos.

Não cederemos a chantagens e muito menos vamos hipotecar o futuro dos setubalenses com mais um empréstimo a 20 anos. Setúbal ainda tem solução e aquela velha máxima “que o último fecha a porta”, neste mandato não vai acontecer. O nosso voto será negativo.

Paulo Lopes (PS) – Vou começar pelas palavras do deputado Simão Calixto, que falava nas trapalhadas da governação socialista, mas nós estamos aqui a discutir as alterações das trapalhadas do anterior executivo comunista, foram vocês que propuseram a alteração ao contrato de concessão, alteração ao Anexo 9, porque entendem que era uma trapalhada. Afinal, não querem o investimento no Largo José Afonso, que os senhores votaram favoravelmente, toda a oposição votou contra, e os senhores votaram favoravelmente e agora estão a tentar resolver as trapalhadas do PCP e da anterior Presidente de Câmara, que agora até já anunciou que vai ser candidata à Câmara como independente. Portanto, os senhores realmente resolvem as trapalhadas que vocês criaram nos últimos anos e ainda hei de ouvir das bocas de autarcas da CDU, que tanto diabolizaram o passado distante que, afinal, o pior que passou por Setúbal veio das suas próprias fileiras.

Mas em relação aqui à questão em concreto e que eu há pouco também já tive uma intervenção inicial, a 27 de março, a Câmara Municipal aprovou a tal proposta de alteração para que a Datarede assumisse por troca, no âmbito do total Anexo 9 que faz parte da concessão, um investimento no Campo Júlio Tavares nas Praias do Sado. A partir desse momento, a responsabilidade para executar a obra é da Datarede.

Passado três semanas o executivo apresentou uma proposta para incluir o financiamento dessa mesma obra num empréstimo financeiro de médio/longo prazo. Os vereadores do PS, na altura em reunião de Câmara, votaram ponto a ponto os investimentos incluídos no empréstimo e entenderam não haver razão para incluir cerca de 1 milhão de euros num empréstimo para uma obra que a Câmara já tinha definido que seria a Datarede a executar e sem custos para o município.

Hoje fica claro, para nós, que a Câmara Municipal entende que a Datarede não vai executar a obra, senão não, não a estariam a incluir neste financiamento. Se a Câmara Municipal entende que a Datarede não vai cumprir com essa deliberação, penso que aquilo que o executivo tem que fazer, de forma humilde, é reconhecer que não conseguiu levar avante as suas intenções, retirar e alterar essa proposta, voltar a pôr no Anexo 9, da forma como estava originalmente, para pressionar e obrigar a que a Datarede cumpra com a concessão ou fazer uma outra alteração, porque o que não falta aí, infelizmente, são espaços para serem recuperados, espaços desportivos. O que aqui ouvimos falar do Praiense, não é caso único, infelizmente, no concelho de Setúbal.

Acho que a Câmara tem é que, não é recuar, não vamos aqui dizer que tem que recuar, às vezes tem que se dar um passo atrás para dar dois à frente e há que assumir claramente que se essa proposta de alteração ao Anexo não vai ser executada e, como eu já disse aqui e afirmo mais uma vez, se o Sr. Presidente assumir que vai rever essa posição, deixa de haver aquilo que nós entendemos ser o impedimento para votarmos favoravelmente esta proposta e votaríamos favoravelmente sem qualquer problema nenhum. Agora, é preciso assumir que, do ponto de vista do contrato de concessão que foi alterado e que prevê que a Datarede faça esta obra, que não vai fazer e que assumimos claramente, é da vida, isto vai parar os tribunais, daqui a não sei quantos anos nem Campo do Praiense, nem dinheiro, nem nada, mais vale recuar, assumir o erro e seguir para a frente. É o que estamos aqui a propor e é aquilo que nós solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara que pondere bem, porque estamos a falar de dinheiro público.

Se este empréstimo for aprovado por maioria absoluta aqui, vai ficar disponível, mas, obviamente não vão começar a gastar, a obra não vai começar já, a obra vai ter de cumprir ainda certos trâmites, pelo menos tentar perceber se a Datarede vai mesmo ou não avançar. Se os senhores estão convencidos que não, porque é que vamos estar à espera? Porque é que não se avança já com a obra? Porque é que não se avança já com os projetos?

Já agora um alerta, falando em projetos, aquele espaço está classificado como Reserva Ecológica e como Reserva Natural do Estuário do Sado, penso que necessita de aprovação por parte da CCDR e do ICNF e também gostaria de saber se esses projetos já tiveram aprovação por parte dessas entidades, porque se não tiveram aprovação, ainda mais surrealista tudo isto se torna. É preciso prometer, há mais de 20 anos que foi prometido e não foi cumprido, há uma possibilidade de fazer, é seguir em frente.

Presidente da Câmara – O executivo municipal considera que esta proposta de investimentos é extremamente importante para o desenvolvimento, o bem-estar das nossas populações e de qualificação do nosso território. É o esforço que temos vindo a desenvolver ao longo dos anos em que temos a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal de Setúbal. Por isso, a avaliação que fizemos foi que estes investimentos se justificavam serem feitos através de empréstimos e não através do orçamento municipal.



É uma opção de cada um dos senhores, as bancadas terão avaliações diferentes, nós gerimos a Câmara Municipal, somos responsáveis também pelo equilíbrio das finanças do município e essa responsabilidade, naturalmente, nós não prescindimos. Consideramos que esta é uma forma de melhor controlar a gestão dos investimentos, podendo programar no tempo, exatamente, essa mesma gestão financeira. São estas as razões que justificam, para nós, termos feito a opção de recorrer a estas obras, através de investimento.

Quero dizer que, como é do conhecimento dos senhores deputados, a proposta passou na Câmara Municipal e veio à Assembleia Municipal e, eventualmente, por algum desconhecimento dos senhores deputados, era necessário que a mesma fosse votada por maioria dos deputados presentes. É o que a lei estabelece e é também a atenção que o Tribunal de Contas nos chamou, como tive oportunidade de referir já algumas vezes. Até aconteceu que na reunião da Assembleia um dos senhores deputados questionou que não tinha essa informação disponível e, portanto, nós entendemos isso como uma razão para voltarmos a trazer a proposta à Câmara e à Assembleia Municipal. Mas fizemos mais que isso, porque consideramos tão importante estes investimentos, que os nossos serviços fizeram uma apresentação de todos os projetos que estão aqui em causa e fizemos a apresentação de todos os projetos, dos investimentos, das características inclusivamente dos espaços, tal como eles existem hoje para demonstrar a necessidade e a urgência de fazer estas intervenções de requalificação.

Convidámos os senhores vereadores e os senhores deputados municipais para estarem nessa sessão e queria agradecer, porque muitos vereadores e muitos deputados estiveram presentes nessa mesma sessão e, por isso, tiveram a oportunidade de ver a situação em que aquelas intervenções hoje estão e a possibilidade, através dos projetos que foram apresentados, de requalificação daqueles espaços. Na sequência disso, de forma que nós consideramos justificável, voltámos a trazer à Câmara e agora à Assembleia Municipal esta proposta. Como já disse, consideramos de extrema importância para o interesse das nossas populações e para a requalificação do nosso território a aprovação desta proposta e destes investimentos.

Relativamente à questão de incluir no empréstimo a obra que tem a ver com a requalificação, quero que fique bem expresso, para que não haja nenhuma dúvida, que o Campo Municipal Júlio Tavares, nas Praias do Sado junto ao Praiense, é este, penso eu, das intervenções que foram feitas na Câmara Municipal e também aqui na Assembleia Municipal. A questão que se coloca é, de haver uma determinação da Câmara Municipal no sentido de a Datarede, a empresa que tem a concessão do estacionamento, poder assumir o compromisso de financiar esta obra.

Quero dizer-vos que esta proposta foi apresentada há cerca de um ano e meio, está traduzida nas atas das reuniões com a empresa, a qual nunca pôs em causa a execução desta obra. Só que o tempo passa e quando nós decidimos pelo arrastamento deste processo, quando decidimos em levar à reunião de Câmara e obrigar a empresa a assumir esta obra, fizemo-lo com a consciência tranquila de que a questão tinha sido já colocada à empresa, a qual nunca disse que não fazia. É no seguimento dessa transparência, dessa relação que nós temos com esta empresa, como qualquer outra empresa, de uma relação de transparência, de confiança que nós entendemos que arrastar este processo era naturalmente prejudicial para as nossas populações, por isso, tomámos a iniciativa de a Câmara Municipal deliberar a obrigação de a empresa fazer este investimento.

Só que, também, como os senhores sabem, a empresa foi notificada num processo que é da lei e a empresa nunca respondeu. Há cerca de 15 dias fizemos a última notificação à empresa no sentido de nos informar quando é que estavam disponíveis para iniciar esta obra, até hoje não houve resposta. Uma empresa que não dá resposta àquilo que nós consideramos que é responder às exigências da Câmara Municipal por direito e que correspondem àquilo que são as expectativas das populações, nós não podemos aceitar, seja quem quer que seja que ponha em causa os interesses das nossas populações e, por isso, entendemos e, de uma forma clara, incluir neste empréstimo o valor da execução da obra. O que já transmiti é que este processo de empréstimo vai levar algum tempo, se hoje a Assembleia Municipal o aprovar, depois segue, designadamente a questão do campo, e no final o contrato de adjudicação terá de ir ainda a visto do Tribunal de Contas.

O compromisso que temos é este, se a empresa no entretanto nos apresentar uma proposta a dizer que vai iniciar a obra, naturalmente, que este empréstimo não é utilizado e não há aqui questões financeiras a considerar relativamente a este processo. A empresa cumpre aquilo que é o seu compromisso que, neste momento é uma determinação municipal, e o empréstimo não é utilizado.

Se a empresa, como tem feito até agora, não der resposta a esta responsabilidade que tem, naturalmente, que a Câmara Municipal garante, através deste empréstimo e através da votação favorável da maioria dos deputados nesta Assembleia, que a obra vai avançar e será concretizada. Sobre isto, creio é muito claro.

Senhor Presidente e senhores deputados, o compromisso está aqui, a clareza dos procedimentos e a justificação do porquê de nós incluirmos este empréstimo é para garantir que as populações das Praias do Sado e do nosso concelho tenham mais uma infraestrutura que precisa de ser requalificada no sentido de corresponder àquilo que são as expectativas das populações. São esses os nossos compromissos que costumamos cumpri-los e é isto que está aqui em causa. Fazemo-lo de forma transparente e com um compromisso assumido perante os senhores deputados que se a empresa, em tempo, responder favoravelmente e nos apresentar um programa de intervenção para a realização daquela obra, naturalmente que o empréstimo não será utilizado. Se a empresa não responder esta obra fica garantida, se os senhores deputados assim o entenderem. É assim que nós trabalhamos, o nosso trabalho é reconhecido pelas populações, como muito bem todos sabemos, e por isso estamos a continuar a cumprir os nossos compromissos.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, da nossa parte há toda a disponibilidade para responder, mas responder a questões que possam corresponder ao objetivo central que está aqui em causa, que é garantir que as populações das Praias do Sado vão ter o Campo Municipal requalificado.

Ilídio Ferreira (PS) – Não irei falar sobre a posição do Partido Socialista, o Paulo Lopes já foi claro relativamente a esta matéria, mas não posso deixar de tomar nota que o Sr. Presidente referiu que há ano e meio que vinham negociando com a Datarede a mudança da obra do Anexo 9. Quando num completo desrespeito para com esta Assembleia e para com a comissão que esta Assembleia nomeou, Comissão de Urbanismo, que levou a cabo o relatório e que nunca teve conhecimento dessa matéria.

Vanessa Silva (CDU) – Cada um de nós tem a memória que quer ter. Já aqui nesta reunião, o Sr. Presidente referiu que havia um processo negocial a decorrer com a Datarede e que vamos ter a oportunidade na Assembleia Municipal seguinte, a que se segue a esta imediatamente, de tratar este assunto com mais profundidade. Durante um período se procurou com a Datarede, não só o cumprimento por parte da empresa daquilo que é o contrato de concessão, mas também encontrar soluções de contrapartidas alternativas que fossem mais adequadas ao momento presente do que aquelas que estavam firmadas.

O Sr. Presidente já aqui disse em outras reuniões que a Câmara Municipal utilizou a alteração unilateral do contrato para formalizar a sua intenção de a contrapartida no contrato de concessão passar a ser a reabilitação do Campo Municipal Júlio Tavares. Também aqui referiu o que hoje voltou a referir, que é ter este empréstimo como uma segunda linha de possibilidades, tendo em conta que este processo com a Datarede não tem por parte dessa empresa a resposta que seria adequado já ter dado, porque sabe que deve essa contrapartida no quadro do contrato de concessão que está confirmado. Podemos não estar de acordo com o caminho, dizer que não compreendemos, que nunca ouvimos, mas ouvimos aqui nesta reunião ou então interpretamos de outra maneira e a interpretação já é uma coisa de cada um, mas que foi colocado, foi colocado.

Presidente da Câmara – Quando utilizamos as palavras, damos-lhe o sentido que queremos, eu nunca falei de negociações, falei de conversações e o que falei foi que está expresso em atas essas conversações, está expresso em atas essa possibilidade de a Datarede poder vir a assumir esta obra por conta de uma outra obra que nós entendemos que não era adequada realizar e que estava dentro do contrato. A Datarede nunca disse que não estava de acordo com isso e ficou expresso em ata essa nossa sugestão, só que o que aconteceu é que passou um ano e meio e a empresa nunca deu andamento a este processo, sendo que nós íamos colocando a questão da disponibilidade para a empresa avançar. Por isso, uma coisa é a conversação com a empresa, como está nas atas e que podem ser consultadas, a outra coisa são negociações, como o senhor deputado Ilídio Ferreira quis fazer entender, negociações à margem dos órgãos e isso nós não fazemos. Isso nós não fazemos! Era este esclarecimento, Sr. Presidente, que quero que fique bem claro, nós não fazemos negociações à margem dos órgãos, até porque não temos, como já aqui foi referido, a maioria na Câmara e nem na Assembleia Municipal e são decisões que dependem dos órgãos e nós não negociamos à margem dos órgãos.

Desculpem senhores deputados, mas há expressões que são utilizadas e cada um dá-lhes o sentido que quer e eu não posso aceitar o sentido que o senhor deputado deu à expressão que utilizou.

Marco Costa (PS) – Só para um ponto de ordem à Mesa. O Sr. Presidente acabou por se indignar com uma intervenção, quando foi uma deputada da bancada da CDU que disse que havia negociação.

Presidente da Mesa – Não pode ser assim. A deputada da CDU que o senhor está a invocar, pediu a palavra, se calhar para esclarecer e o senhor não tem a palavra no seu tempo. Já o fez na prática. Os deputados municipais têm a palavra quando o Presidente da Mesa lhes dá a palavra para intervir, não é de qualquer maneira.

Vanessa Silva (CDU) – Eu usei as expressões de forma coloquial, pretendendo dizer conversações. Estou a fazer a correção para que não fique nenhuma dúvida, mas relativamente ao resto da minha intervenção acho que fui bastante clara, não falei de nenhuma negociação formal, estava a falar das conversações que foram invocadas pelo Sr. Presidente.

Marco Costa (PS) – Senhor Presidente, quero então retirar o meu pedido de ponto de ordem à Mesa, tendo em conta que o Sr. Presidente da Câmara poderá reconsiderar a acusação que fez da interpretação que fizemos às palavras que não foram ditas por nós.

Presidente da Mesa – O requisito de validade é o de maioria absoluta de todos os membros em efetividade de funções no órgão que o n.º 6 do art.º 49 do Regime Jurídico das Autarquias Locais determina para a votação destes empréstimos. Poderá ser por maioria relativa, mas não tem validade e o processo não poderá prosseguir, por isso o requisito de validade é o de maioria absoluta.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 17 da CDU e 6 do PPD/PSD, 4 votos contra, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 11 abstenções, 10 do PS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

5. Deliberação n.º 050/2024/AM – Delib. CM n.º 425/2024 – Proposta n.º 97/2024 – DCDJ/DICUL – Proposta de Deliberação sobre o Plano Estratégico Municipal Setúbal 2030 (PEMC.SET2030)

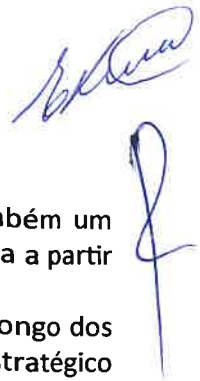
Marco Costa (PS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PPD/PSD e do PAN, e as abstenções do CH e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

O Bloco de Esquerda esteve representado pela Sra. Silvana Paulino, mas não participou na votação, uma vez que ainda não tomou posse na Assembleia Municipal.

Salientar que as deputadas Eunice Pratas (PS) e Maria Paula Soeiro (PSD) solicitaram que ficasse registado em ata que é impossível que um deputado municipal consiga votar em consciência uma proposta com cerca de 280 páginas, tendo sido este documento disponibilizado apenas com 24 horas de antecedência. Além de considerar questionável a qualidade do documento distribuído, uma vez que este foi fotocopiado e digitalizado tornando a sua leitura quase impercetível, nomeadamente as páginas correspondentes aos cronogramas/calendários destinados à data de execução dos objetivos estratégicos.

Sobre este tema, o deputado Eusébio Candeias (CDU) justificou a data da entrega dos documentos, uma vez que foram aprovados na reunião de câmara do dia 17 de julho.

Vítor Rosa (BE) – Mais uma vez um documento com a importância estratégica que tem e que chegou à Assembleia muito em cima da sua realização, com pouco tempo para uma melhor apreciação e a possibilidade de a mesma dar contributos.



A exemplo de outras medidas, regulamentos e planos estratégicos, entendemos que este é também um pontapé de saída para uma análise às propostas apresentadas com a sua calendarização referenciada a partir deste ano até 2030 e que muitas delas têm contidas a sua apreciação e balanço anual.

Para nós, a Festa da Ilustração é uma referência obrigatória do que de positivo tem sido feito ao longo dos anos na área da cultura na nossa cidade, mas mais pode ser feito. Algumas pistas estão neste Plano Estratégico que iremos acompanhar ano após ano e apelo ao bom sentido da prestação de contas ao executivo atual e seguintes. Vamos votar favoravelmente esta deliberação.

Eunice Pratas (PS) – Não quero voltar a repetir o que foi dito pelo Marco sobre o que foi dito na comissão. Isto foi de todo uma situação excecional, hoje vamos ter duas sessões extraordinárias no mesmo dia, algo que nunca vi, mas a questão é que nós tivemos uma Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais na sexta-feira e quinta-feira à tarde foi quando nos foi dado um documento de 276 páginas, o Plano Estratégico de Cultura para Setúbal.

Acho que é importante reforçar como este documento é importante e como deve ser analisado, interpretado e criticado, mas ter menos de 24 horas com todos os direitos e deveres que nos estão inerentes nesta função que assumimos e fizemos um compromisso de honra, é impossível votar em consciência um documento que eu não pude analisar nas melhores formas. Julgo que a maioria dos deputados municipais não podem, mas falarei apenas por mim e não pelos meus colegas. Por isso peço, por toda a honra e por toda a importância, como o deputado Vítor Rosa disse, que a cultura tem em Setúbal e sabemos como a cultura mexe uma cidade, que este documento baixe novamente à Comissão, mas que desta vez estejam presentes os responsáveis políticos e técnicos para que possamos tirar as nossas dúvidas. Também quero fazer um apelo, o documento que nos foi entregue e quando consultei o site tem várias questões que estão elegíveis, nós até tivemos a oportunidade de discutir isso na Comissão, não sei se os restantes deputados repararam, o documento tem certos quadros que estão completamente ineligíveis e outros são invisíveis, por exemplo, no meu documento, a medida 1.3.2.1 para 2025, 26, 27, 28, 29 não aparece registado e quando irá começar.

Isto é um plano com um trabalho académico excelente, feito pela Universidade do Minho, e acho que merece a excelência da fiscalização e do contributo de todas as bancadas desta Assembleia Municipal. Por respeito a todos nós, um dos nossos deveres é a fiscalização dos documentos apresentados pelo executivo, reforço e peço a todos que votem favoravelmente para o abaixamento do documento à Comissão para que possamos analisar com a honra devida que ele merece.

Joana Tomé (CDU) – De facto, é costume ser a coordenação da Comissão ou a coordenadora a ler a nossa Ata e, desta vez, foi o nosso secretário. Dou só nota de que não é costume.

Em relação à intervenção da CDU, a nossa bancada parece-nos destacar não só o carácter único deste Plano Municipal Estratégico para a cultura que é único no nosso distrito e é dos poucos deste tipo a nível nacional, mas, sobretudo a importância extrema que este representa para a valorização do património e da criação artística contemporânea em Setúbal, incentivando de forma sustentável e de forma objetiva o desenvolvimento do património cultural e nacional no território, respeitando as suas plurais expressões e diversidades.

São precisamente essas diversidades de locais que se vêm refletidas no profundo envolvimento comunitário que, a partir deste plano, é promovido pelos processos participativos que asseguram e capacitam o fundamental envolvimento ativo e transversal das comunidades nas dinâmicas culturais e, em última instância, o acesso verdadeiramente democrático da população à cultura. Como aliás, pauta o ideário e o projeto autárquico da CDU, a democratização e fruição da cultura como fator essencial de emancipação cultural.

Neste sentido destacamos, em relação ao plano, a participação muitíssimo alargada de centenas de cidadãos na criação deste plano através dos seus mecanismos de auscultação, inquérito, discussão, grupos de foco, entrevistas, etc., que se concretizaram num primeiro momento num diagnóstico inicial, em 2022, de base num questionário online que contou com mais de 700 participações e num processo colaborativo que envolveu 72 personalidades e agentes culturais locais. Seguido de um extenso processo de consulta, já em 2023, que envolveu cidadãos, associações, cooperativas, partidos políticos e agentes municipais, depois na análise final dos contributos e discussão da sua integração no plano, no quadro no qual foram identificadas 130 ideias, com 99 já contempladas na versão 0 do plano, integrando-se alterações em 35 medidas.



Este processo de auto plano e o caminho a médio/longo prazo que traça de um carácter científico e objetivo, que é capaz de monitorizar as políticas culturais e avaliar os seus impactos, adaptando as estratégias conforme necessário e promovendo a transparência e a monitorização dos processos de tomada de decisão. Uma lógica que garante o carácter objetivo da programação cultural desligado de vontades e interesses individuais ou de circunstância.

Estes estudos de diagnósticos e análises permitem-nos, inclusivamente, perscrutar o estado da arte da cultura em Setúbal, as suas instituições, o seu pensamento crítico, os pensamentos dos seus agentes culturais, percebendo que Setúbal vem fazendo um importantíssimo caminho de dinamização de um conjunto de equipamentos de programação cultural, que são distintos daquilo que é cultura mediática massificada. Tendo estes equipamentos e programação uma raiz diversa, criativa e popular, marcam um lugar determinante na vanguarda da cultura nacional, como é o caso do Maps, da programação da Gráfica, do cinema Charlot, da Casa da Cultura, entre muitos outros. Isto claro de acordo com um esforço que permanentemente se vê obrigado a substituir-se às entidades estatais, nomeadamente à DGArtes, sobretudo no que diz respeito à área do Teatro.

Neste sentido, não só este Plano Estratégico Municipal Cultura Setúbal 2030, merece o voto favorável da nossa bancada, como uma profunda valorização dos seus objetivos, da sua visão, da sua metodologia e dos seus eixos estratégicos e resultados.

Respondendo à minha cara colega Eunice, este processo, como eu dizia há pouco, teve uma série de fases, incluindo fases de auscultação e de discussão em que todos os partidos políticos foram convidados a intervir e a enviar contributos, o que não invalida que possa haver uma discussão aqui como é óbvio, mas já houve um local específico em que foi permitido essa discussão e essa discussão existiu.

Presidente da Mesa – Lamento senhora deputada Joana Tomé, mas não posso assumir o reparo que me fez, porque as funções do relato dos pareceres das comissões, por regra, são da competência dos presidentes das comissões, o que um Presidente de Comissão não pode é reportar aquilo que foi o parecer de uma comissão em que não participou. Logo, se não participou, o secretário é que reporta.

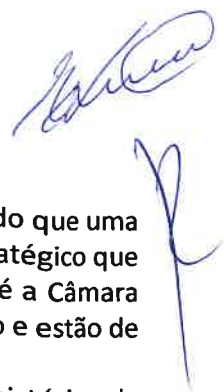
Joana Tomé (CDU) – Peço desculpa Sr. Presidente, então o erro foi meu.

Eunice Pratas (PS) – Sendo assim, aproveito estarmos em sede da Assembleia Municipal e fazer algumas perguntas concretas daquilo que eu li. Por exemplo, existe um objetivo original que é reforçar o desenvolvimento do pensamento crítico e estético, é um dos objetivos apresentados no plano. A minha questão é, como é que nós vamos medir os impactos dos objetivos que falamos no Plano Cultural Estratégico, como é que é a avaliação destes objetivos? Vamos aumentar em 15% o número de jovens que participam em oficinas de arte gratuitas até ao final de 2026? Que medidores, que medidas a utilizar para medir se os jovens realmente estão a utilizar as ferramentas deste Plano Estratégico Cultural de Setúbal?

Uma crítica que faço, por isso é que acho que este documento devia baixar à Comissão para se discutir com responsáveis técnicos e políticos, existem medidas gerais e objetivos abrangentes, mas não existe nenhuma medida de avaliação do impacto. Sendo assim, como o Sr. Presidente pediu a palavra, aproveite para esclarecer a minha dúvida e a dúvida da bancada, como é que vão avaliar o impacto deste Plano Estratégico de Cultura? Porque as medidas e os objetivos são abrangentes, mas medidas concretas e objetivos concretos para podemos avaliar o impacto e em 2030 termos conclusões do resultado do nosso plano, não temos.

Presidente da Câmara – Pedia que o senhor vereador Pedro Pina pudesse dar aqui alguma resposta a estas questões.

Vereador Pedro Pina – Primeiro dizer que, enquanto vereador desta Câmara Municipal, é com grande satisfação que chegámos a este ponto, um ponto de um longo percurso, um ponto, tal como disse na reunião de Câmara, no qual este Plano Estratégico foi aprovado por unanimidade por todas as bancadas e no qual no próprio período público numa das bancadas apresentou contributos considerando, certamente, o trabalho e a forma como ele estava a ser constituído, dava segurança da longa e extraordinária participação.



Dizia eu, que nos parece termos as condições objetivas para olhar para este documento com mais do que uma condição, da intenção partidária ou de uma força política, mas, acima de tudo, um documento estratégico que interessa à cidade e às instituições. É disso que se trata e creio que hoje quem está de parabéns é a Câmara Municipal de Setúbal e todos os eleitos que nos mais diferentes órgãos aprovaram este documento e estão de parabéns todos aqueles que ao longo de mais de um ano se dedicaram à sua elaboração.

Quero lembrar que a primeira sessão teve lugar exatamente nesta Câmara e teve um número histórico de participação de instituições, onde estiveram representantes de todas as forças políticas, sem exceção, penso eu, e onde houve a participação, inclusive, em muitos fóruns. E quero lembrar, só a título de curiosidade, à senhora deputada Eunice Pratas que houve uma sessão exclusiva para os deputados municipais. Obviamente que as pessoas têm compromissos, têm disponibilidades e isso não invalida a que o documento possa suscitar dúvidas, o que eu quero dizer é que não pode haver reservas sobre um processo cujo grau de participação, de transparência e de construção teve disponibilidade de todos, sem qualquer restrição. Julgo que não haverá qualquer reserva sobre a idoneidade da entidade coordenadora.

Respondendo concretamente à sua questão, penso que é explícito que uma das medidas que está expressa exatamente para avaliação e ponderação, como a constituição de instrumentos, nomeadamente, a constituição de um Observatório de Cultura, que é acima de tudo um espaço e um instrumento que servirá para medir e para avaliar. Aliás, é uma das questões que me parece que está implícita em vários momentos do próprio documento, é exatamente dizer que este documento é um documento que não está acabado, ou seja, é um documento que sofrerá em função das dinâmicas de avaliação, das dinâmicas que o próprio processo, que é a cultura em si mesmo, propõe e que tem essa possibilidade quer nos órgãos constituídos para o efeito, quer no Observatório que será constituído também para medir, avaliar e monitorizar aquilo que são os impactos. Logo aqui, penso que nós temos essa segurança.

Como sabe e a cidadã atenta que é, é das áreas mais complexas e mais difíceis de avaliar, são exatamente, aquilo que são os parâmetros relativamente à cultura e de satisfação da cultura e, por isso, também, estão integrados no próprio Plano Estratégico esses mesmos elementos avaliando com as instituições, avaliando com os eleitos. Portanto, penso que todas essas condições nos dão essa segurança e o que nos interessa agora é, acima de tudo, depois deste longo trabalho, podermos pôr mãos à obra e podermos o mais rapidamente possível olhar, construir e termos os mecanismos e os instrumentos de avaliação que estão ao serviço, não do executivo municipal, mas da cidade, da cultura e das instituições.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.


Presidente da Mesa – Agora vamos fazer um minuto de silêncio pelo falecimento do Fausto.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos do dia 23 de julho, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, contém vinte e duas folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.